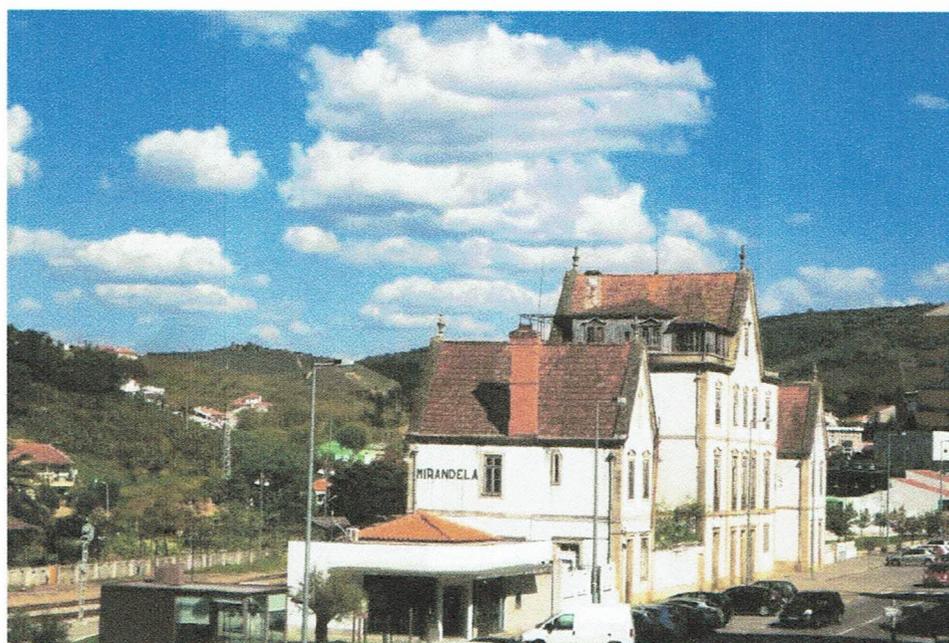




METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



RELATORIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2019



[Handwritten signatures and initials]

Exercício de 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL

Senhores Acionistas,

Cumprindo as disposições legais, designadamente o disposto no Art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à V/ apreciação o nosso Relatório de Gestão reportado ao exercício de 2019, elaborado em conformidade com o Art.º 66.º desse mesmo Código, muito embora e por força do disposto no número 6 deste último artigo, a emissão deste Relatório seja dispensada.

INTRODUÇÃO

A Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA iniciou a sua atividade em julho de 1995, tendo resultado de um projeto protagonizado pela Câmara Municipal de Mirandela e a CP.

Numa primeira fase e ao longo de vários anos, a atividade da empresa circunscreveu-se à exploração do troço Mirandela/Carvalhais, cingindo-se, portanto, ao perímetro urbano da cidade de Mirandela. Mais tarde, a 21 de outubro de 2001, a MLM, SA celebrou um Contrato de Prestação de Serviços com a CP, mediante o qual a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros entre a estação de Mirandela e a estação do Tua, na margem do Douro, seria feita pela própria MLM, sob a responsabilidade e supervisão da CP. Por seu turno, a responsabilidade pela manutenção da linha correspondente ao referido troço caberia à então REFER, atual Infraestruturas de Portugal, na sua qualidade de proprietária dessa infraestrutura. Assim, à luz de tal contrato, competia à MLM executar todo o serviço de transporte ferroviário de passageiros ao longo do percurso Carvalhais/Tua.

Porém, por força do acidente que teve lugar no dia 22 de agosto de 2008 e na sequência do mesmo, a atividade da sociedade passou a circunscrever-se à exploração dos troços Mirandela-Carvalhais e Mirandela-Cachão, tipologia de exploração esta que se manteve até meados de 2012. Por conseguinte, neste período de tempo a sociedade laborou com base em premissas ou pressupostos um tanto diferentes daqueles com base nos quais laborava no período anterior à ocorrência do referido acidente.

Em meados de 2012 a empresa assumiu a gestão e o transporte rodoviário de passageiros no perímetro urbano da cidade e sua periferia, competência que lhe foi conferida pelo Município de Mirandela. Neste domínio, à MLM passou a competir também a gestão e o serviço de transporte referidos, não sendo a proprietária de quaisquer bens ou recursos afetos ao mesmo. Por esse facto, todas e quaisquer despesas



fbp.
Z-fran...
#A

e encargos associadas ao funcionamento desses bens e recursos, ou seja, à operação do serviço, correram e correm por conta do respetivo proprietário, isto é, o Município, com exceção dos encargos com o pessoal; na verdade, todos os trabalhadores afetos à realização do serviço de transporte rodoviário pertencem ao quadro de pessoal da empresa, sendo que os correspondentes salários e encargos que lhes estão associados correm por conta desta.

A assunção da gestão do transporte rodoviário de passageiros, acabada de referir, teve lugar por força da desativação do troço Mirandela-Carvalhais, pelo que o transporte público de passageiros na malha urbana da cidade e periferia próxima passou a ser feito por rodovia. A laboração da empresa na base deste modelo – transporte rodoviário e ferroviário (este último no troço Mirandela-Cachão) – iniciou-se em meados de 2012 e prolongou-se até ao final de 2018.

No final de 2018 foi completamente desativado o transporte ferroviário de passageiros, passando a empresa a gerir toda a operação de transporte público apenas com base na rodovia.

ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Numa perspetiva estritamente operacional e face a 2018, em 2019 a atividade da empresa decorreu da seguinte forma:

- A operação ferroviária foi completamente encerrada no final de 2018, pelo que em 2019 a atividade operacional da empresa circunscreveu-se ao transporte rodoviário. Esta tipologia de transporte passou a abranger a totalidade da operação que anteriormente era feita por via-férrea;

- O relacionamento comercial com o Município de Mirandela, na sua vertente do transporte escolar, continuou a processar-se normalmente;

- A ligação da empresa à CP no âmbito do cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços ferroviários a que se aludiu no ponto anterior processou-se do mesmo modo que em 2018. Do ponto de vista financeiro, a receita mensal decorrente dessa prestação de serviços que cabe ao ano de 2019 é igual à verificada no ano de 2018, portanto, de 16.323,50 €/ mês, sem IVA. Diga-se, desde já, que a globalidades das receitas pela prestação dos serviços relativos ao ano de 2019 não foi ainda recebida;

- Continuou a ser assegurado o serviço de transporte de passageiros via táxi, sob gestão da MLM, direcionado para as zonas mais distantes da Linha do Tua e que eram servidas por comboio há muitos anos, tendo este sido desativado na sequência do acidente supra referido;



JR.
Z. F. M. S.
AB

- Para assegurar a operação do transporte rodoviário de passageiros subsequente à paragem total das automotoras, a empresa contratou os serviços de uma conhecida empresa de transporte de passageiros por autocarro, a qual tem vindo a garantir esse transporte, em substituição do transporte via automotora.

Genericamente falando e tal como todas as empresas que baseiam ou direcionam a sua atividade exclusivamente para mercados regionais ou locais de pequena (ou muito pequena) dimensão, no exercício de 2019 a MLM continuou a enfrentar os problemas próprios de uma economia regional/local pouco expressiva, subdimensionada e economicamente debilitada. Assim sendo e tendo também em conta a própria especificidade do negócio desenvolvido pela empresa, estamos perante uma atividade que se viu confrontada com:

- A impossibilidade da empresa dilatar os seus níveis de receita, considerando a pequenez do seu mercado, efetivo e potencial;
- A impossibilidade de a empresa proceder a um ajustamento em alta das suas tarifas, considerando o fraco nível de rendimento auferido pela população alvo das suas atividades e o nível geralmente baixo que acompanha o valor das tarifas dos transportes públicos, atendendo ao carácter social que é atribuído a esta tipologia de serviço; e,
- O decréscimo da população a que as regiões do interior não conseguem fugir.

VEÍCULOS LRV-2000

No início, o parque de material circulante era constituído por quatro automotoras da série USD VE 9500, tendo por referências 9503, 9504, 9505 e 9506.

Fruto do acidente ocorrido a 12 de fevereiro de 2007, a frota de veículos LRV da MLM ficou reduzida a três unidades, em virtude do abate da 9504. Posteriormente, decorrente do acidente registado já em 2008 (o segundo), a LRV 9503 ficou bastante danificada, tendo sido afastada do serviço.

Dado que não se justificava reparar este último veículo e tendo sido apresentada uma proposta de compra do mesmo por parte de um operador estrangeiro, a qual se considerou bastante interessante, procedeu-se à venda respetiva em fevereiro de 2015. Assim sendo, desde fevereiro de 2015 e até à data, o parque de viaturas detido pela empresa é constituído por apenas dois veículos. Estes veículos recolheram às oficinas geridas pela empresa situadas em Carvalhais em dezembro de 2018, em resultado do encerramento da operação do transporte por via-férrea a que já se aludiu.

Considerando que a dissolução da empresa irá acontecer a curto prazo e que esta não dispõe de meios para proceder à reparação das duas automotoras que restam, está em curso (na sua fase final) o processo tendente à sua entrega/alienação a terceiros.



HL.
Z. F. F. F. F.
HA
ANÁLISE DAS CONTAS APRESENTADAS

À semelhança do sucedido nos anos anteriores e nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, em particular do disposto no seu n.º 4, pretende-se agora proceder a uma análise detalhada das principais grandezas de natureza económico-financeira que marcam as peças de tipo contabilístico respeitantes ao exercício ora relatado. Na verdade, sendo os Documentos de Prestação de Contas basicamente constituídos por peças de natureza contabilística, logo técnica, faz todo o sentido que se reserve um espaço próprio para se tecerem alguns comentários acerca do conteúdo de tais peças, procurando-se ressaltar o que de mais importante aconteceu na empresa do ponto de vista económico-financeiro.

Uma breve análise daquelas peças contabilísticas, nomeadamente da Demonstração dos Resultados, permite extrair as conclusões de natureza quantitativa que de seguida se apresentam, numa base comparativa com os valores respeitantes aos exercícios de 2017 e 2018:

Valores em Euros

	2017	%	2018	%	2019	%
Fornecimentos e Serv. Externos	119.819,94	52,6	130.830,09	58,60	106.183,77	48,51
Gastos com o Pessoal	100.461,29	44,1	111.519,78	49,95	107.534,62	49,13
Gastos de Depreciação e Amortização	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos e Perdas de Financiamento	7.418,99	3,3	7.180,33	3,22	7.006,86	3,20
Resultado Líquido do período	1.254,97	0,6	-24.434,72	-10,94	-111,78	-0,05

Nota: Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor dos serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS 227.742,18 223.259,23 218.877,84

Detendo-nos no quadro anterior, concluímos que o desempenho da empresa no exercício de 2019 apresenta várias modificações com alguma relevância em comparação com os dois anos anteriores.

Detalhando o que se passou em 2019 em termos de rendimentos, gastos e resultados, numa base comparativa com o histórico correspondente, vejamos:

a) Depois da subida registada no valor dos Fornecimentos e Serviços Externos de 2017 para 2018, ocorreu uma descida notória neste valor de 2018 para 2019. Esta descida, que em valor absoluto atingiu quase 25.000 €, levou a que esta categoria de gastos passasse a representar, em 2019, 48,51% do valor dos Serviços Prestados, quando no ano anterior esse peso percentual era de 58,60%.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JR.' and 'AB'.

Esta queda do valor desta tipologia de Fornecimentos e Serviços adquiridos pela empresa resultou:

- Da eliminação do complexo de custos ligados ao funcionamento das automotoras, como sejam, combustíveis, conservação e reparação, seguros, ..., em resultado da paragem total e definitiva desse tipo de transporte;

- Também em resultado daquela paragem, foi possível economizar valores em honorários a rondar os 10.000 €;

- Sendo certo que com a eliminação total do transporte ferroviário e a sua substituição pelo transporte rodoviário, contratado com uma empresa externa, passaram a ser suportados gastos correntes e de montante praticamente certo todos os meses, faturados por essa empresa, a verdade é que estes gastos mensais são ou foram inferiores ao somatório mensal dos gastos suportados com o transporte ferroviário.

b) O quadro do pessoal manteve o mesmo número de efetivos. Apesar disso, o facto é que as despesas pagas ao pessoal diminuíram em valor em absoluto, embora de forma ligeira, sendo que, em termos relativos e adotando por referência o valor dos Serviços Prestados, estas despesas mantiveram-se constantes.

Este decréscimo (em valor absoluto) deriva, sobretudo, da redução dos complementos salariais associados a trabalho extra.

c) Continuou-se a não registar qualquer gasto com Depreciações em 2019, tal como sucedido nos dois períodos anteriores. Esta circunstância decorre do facto de todos os Ativos Fixos detidos pela MLM já terem atingido o término do seu período de vida útil, a que se junta o facto de não se terem verificado aquisições deste tipo de Ativos ao longo destes últimos cinco anos, com entrada em funcionamento no contexto dos mesmos;

d) Os Gastos de Financiamento voltaram a experimentar um (ligeiro) decréscimo em 2019. Este facto radica nos níveis muito baixos que as taxas Euribor têm observado, as quais mantêm valores negativos desde 2015 (e continuam nesta altura), sendo certo que este tipo de Gastos suportados pela empresa está indexado à Euribor.

No tocante ao comportamento dos rendimentos arrecadados pela sociedade em 2019, importa destacar o seguinte:

a) O valor global e anual dos Serviços Prestados apresentou uma redução de cerca de 4.380 €. Tal redução não derivou de qualquer mexida no valor do tarifário em vigor em 2019, radicando antes na diminuição do número de passageiros transportados, o que fez com que as receitas oriundas da venda de bilhetes pré-comprados e vendidos a bordo tivessem caído por aquela magnitude;

b) O valor dos serviços prestados à CP manteve-se exatamente constante de 2018 para 2019.

Então, como corolário de todo o comportamento combinado acabado de explicar, os Resultados Líquidos atingiram o valor de – 111,78 €, muito superior ao verificado em 2018, o qual, neste ano, ascendeu a – 24.434,72 €.

Com respeito à situação financeira da sociedade, a mesma caracteriza-se pelo já clássico desequilíbrio de longo prazo, motivado pelas responsabilidades financeiras perante a CP decorrentes da compra, a esta última, do material circulante.

Numa perspetiva de curto prazo, dúvidas não podem restar quanto à boa situação financeira da empresa, tal como tem acontecido nos últimos anos, apresentando-se, nesta altura, perfeitamente equilibrada. Este equilíbrio é bem visível pela relação entre o valor dos seus ativos e passivos de curto prazo, retirando-se, portanto, desta análise a enorme dívida à CP resultante da aquisição das automotoras. Claro está que esta melhoria tem por base os Resultados mais ou menos equilibrados que se têm verificado nestes últimos anos, sendo certo que o prejuízo obtido em 2018 foi coberto pelos acionistas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos da alínea f) do número 5 do Art.º 66.º do CSC, vem, neste ponto, o Conselho de Administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2019.

Assim, propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do ano de 2019, no valor de – 111,78 €, seja transferido para Resultados Transitados.

PERSPETIVAS

Equacionando a continuidade da empresa, haverá que assinalar o seguinte:

(i) De acordo com as informações disponíveis, a mobilidade em torno da linha do Tua, envolvendo, sobretudo, o transporte ferroviário de passageiros, para fins turísticos e de transporte corrente, arrancará a breve prazo. Estão já realizadas a maior parte das melhorias e transformações na infraestruturas, de modo a que essa operação possa ter lugar em breve. Por conseguinte, a este nível, estão já criadas as condições para concretizar a dissolução da MLM em breve;

(ii) Estão em curso as conversações tendentes à obtenção de um acordo unânime, designadamente entre os acionistas da empresa, destinadas a decidir o que fazer às



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JL.' and 'Zfmeu'.

automotoras. A este respeito, discute-se uma proposta que vai no sentido de entregar a referidas automotoras à Agência para o Desenvolvimento do Vale do Tua, por um valor simbólico, considerando o fim que esta Agência pretende dar às ditas, conjugado com o interesse público de que se reveste tal fim;

(iii) Neste momento, é possível afirmar que, com base nos valores ativos de que a empresa atualmente dispõe, entende-se que não existirão problemas em liquidar os passivos em aberto à data da sua dissolução, desde que:

- A CP honre os compromissos a que contratualmente se vinculou, pelo menos em rascunho, no contexto da prestação dos serviços de transporte que foram e vêm sendo feitos pela MLM e o respetivo preço;
- O processo de dissolução não se prolongue por um tempo exagerado.

(iv) Entretanto, um fenómeno inesperado, de proporções inimagináveis e consequências ainda imprevisíveis, mas de grande impacto, pela negativa, está minando todos e quaisquer planos, estimativas ou expectativas criadas, ao mesmo tempo que abala muitos dos compromissos assumidos pelas partes antes do surgimento de tal fenómeno, inclusivamente compromissos contratuais escritos. Está aqui em causa a doença COVID 19, a qual está já nesta altura a ter um impacto de grande monta na atividade da empresa, traduzida na sua total suspensão por um período de duração desconhecida, mas que se prevê longo, tendo em conta a aglomeração de pessoas que implica o transporte destas.

Este fenómeno, que conduziu à total suspensão da atividade operacional da empresa *sine die*, baralhou completamente os planos delineados para esta no contexto de 2020, a ponto de não ser possível dizer com o mínimo de segurança:

- Quais as receitas esperadas para os próximos meses;
- Qual a data da efetiva dissolução da empresa;
- Como vai ficar a relação contratual com a CP;
- Quando entra em operação o concessionário que irá tomar conta da operação;
- Quando terminam as obras no canal ferroviário a concessionar (ou já concessionado);
- O que vai acontecer aos trabalhadores da empresa.

Estas considerações trazem à evidência a impossibilidade de aqui se especificar com o mínimo de segurança o que vai suceder á empresas nas próximas semanas/meses, sendo certo que não se questiona, pelo menos para já, a sua dissolução para o breve prazo.

OUTRAS INFORMAÇÕES

- Dando cumprimento ao disposto nos Art.º 2.º do Dec. Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não

jr.



METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.

existem dívidas em mora à Segurança Social, à Autoridade Tributária e Aduaneira, nem existem dívidas vencidas para com os trabalhadores;

- Declara-se que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do n.º 5 do Art.º 66.º do CSC, ocorreu o seguinte: considerando o surto do novo Coronavírus (COVID -19), declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma pandemia internacional, que tem vindo a disseminar -se rápida e globalmente encontrando-se já em território português, a que se juntam as medidas restritivas declaradas pelo governo português no sentido de evitar ao máximo os aglomerados de pessoas, nomeadamente os grupos de risco, a atividade da empresa encontra-se neste momento completamente em *stand-by*; portanto, do ponto de vista operacional e neste momento, a atividade da empresa está a zero;

- Não foram concedidas autorizações para a celebração de negócios entre a empresa e os membros do seu Conselho de Administração - Artigo 397.º do CSC (alínea e) do número 5 do art.º 66.º do CSC);

- A empresa não possui sucursais, no país ou no estrangeiro (alínea g) do número 5 do art.º 66.º, do CSC);

- Não existem riscos de preço, considerando a tipologia da atividade exercida pela empresa;

- Quanto ao risco de crédito, a nível bancário a questão não se coloca, na medida em que a empresa não tem condições para aceder a esta tipologia de crédito.

O crédito sobre clientes não apresenta quaisquer riscos.

A empresa enfrenta sérios riscos de liquidez e de fluxos de caixa, considerando a aleatoriedade e o atraso que se verifica nos recebimentos oriundos da CP. Por conseguinte, não resta outra alternativa senão a de o acionista maioritário cobrir os défices temporários de tesouraria que daqui decorrem.

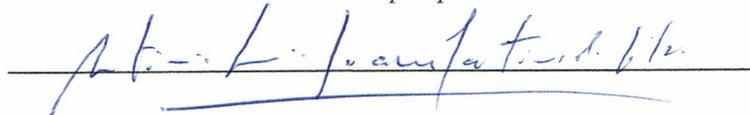
Mirandela, 30 de março de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Presidente



O Administrador por parte da CP



O Administrador Delegado



Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Balço em 31 de dezembro de 2019 (modelo ME)

Unidade monetária: €

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4 ; 6	30 480,00	30 480,00
Investimentos financeiros	10	384,94	363,22
		30 864,94	30 843,22
Ativo corrente			
Clientes	10	490,62	20 633,91
Estado e outros entes públicos	10	9 728,97	1 272,46
Diferimentos	10	318,38	315,98
Outros ativos correntes	3 ; 10	198 687,86	416,98
Caixa e depósitos bancários	10	2 978,84	172 436,90
		212 204,87	195 076,23
Total do ATIVO		243 069,81	225 919,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	7	125 000,00	125 000,00
Resultados transitados	7	(1 716 192,38)	(1 716 027,28)
		(1 591 192,38)	(1 591 027,28)
Resultado líquido do período	7	(111,78)	(24 434,72)
Total do CAPITAL PRÓPRIO	7	(1 591 304,16)	(1 615 462,00)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	10	33 495,73	11 338,12
Estado e outros entes públicos	10	3 970,31	67 753,78
Financiamentos obtidos	10	50 825,68	20 825,68
Outros passivos correntes	7 ; 10	1 746 082,25	1 741 463,87
		1 834 373,97	1 841 381,45
Total do PASSIVO		1 834 373,97	1 841 381,45
Total do CAPITAL PRÓPRIO e do PASSIVO		243 069,81	225 919,45

O Conselho de Administração

Luís Rodrigues
[Signature]
At: ...

[Signature]
 O CC

Entidade: METROPOLITANO LIGEIRO DE MIRANDELA, S.A.



Demonstração dos resultados por naturezas (modelo ME)

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2019	2018
Vendas e serviços prestados	+	10	218 877,84	223 259,23
Fornecimentos e serviços externos	-	9	(106 183,77)	(130 830,09)
Gastos com o pessoal	-		(107 534,62)	(111 519,78)
Imparidade (perdas/reversões)	-/+		0,00	1 228,31
Outros rendimentos	+		2 469,87	2 619,24
Outros gastos	-		(557,41)	(1 846,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		7 071,91	(17 089,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		7 071,91	(17 089,29)
Gastos de financiamento (líquidos)	+		(7 006,86)	(7 180,33)
Resultado antes de impostos	=	10	65,05	(24 269,62)
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	10	(176,83)	(165,10)
Resultado líquido do período	=	7	(111,78)	(24 434,72)

O Conselho de Administração

Luís Rodrigues
[Signature]
António Lourenço Fátima

[Signature]
 O CC



RUBRICAS	NOTAS	Períodos		
		2019	2018	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		+	44 812,17	488 860,19
Pagamentos a fornecedores		-	(99 341,60)	(194 313,18)
Pagamentos ao pessoal		-	(104 559,87)	(110 378,07)
Caixa gerada pelas operações		+/-	(159 089,29)	184 168,93
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	(357,29)	(1 187,71)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	(61 832,38)	(442,89)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-	(221 278,96)	182 538,33
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-		
Ativos intangíveis		-		
Investimentos financeiros		-	21,72	241,74
Outros ativos		-		
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		+		
Ativos intangíveis		+		
Investimentos financeiros		+		
Outros ativos		+		
Subsídios ao investimento		+		
Juros e rendimentos similares		+		
Dividendos		+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-	(21,72)	(241,74)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	10	+	30 000,00	160 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		
Cobertura de prejuízos		+	21 842,62	
Doações		+		
Outras operações de Financiamento		+		
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-		180 000,00
Juros e gastos similares		-		
Dividendos		-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-		
Outras operações de financiamento		-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)		51 842,62	(20 000,00)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		(169 458,06)	162 296,59
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	+/-	172 436,90	10 140,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	+/-	2 978,84	172 436,90

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
O CC



ANEXO
(modelo reduzido)

1 – Identificação da entidade:

1.1 – Designação da entidade.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA
NIPC 503 518 794

1.2 – Sede.

Rua D. Afonso III
5370 – 408 Mirandela

1.3 – Natureza da atividade

Como tem sido amplamente referido nos Relatórios e Contas dos anos mais recentes, a atividade da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA tem-se circunscrito à gestão corrente dos seus meios materiais e humanos, operando apenas no troço ferroviário Mirandela-Cachão e oferecendo serviços de transporte rodoviário no percurso Mirandela-Carvalhais e para destinos mais distantes até à zona da foz Tua.

No final de 2018 terminou completamente a componente do transporte ferroviário, pelo que, a partir daí, passaram a ser oferecidos apenas serviços de transporte rodoviário. Para este efeito, logo no arranque de 2019 foram subcontratados os serviços de uma empresa especializada nesta tipologia de transporte, que se juntou aos autocarros já sob gestão da MLM. Até ao fim de 2019 e até à data, foi esta a modalidade de atuação operacional da empresa.

É preciso mencionar que a atuação da empresa tem, desde há já vários anos, vindo a ser sistematicamente desenvolvida numa base corrente, sem uma visão estratégica e de investimento, em virtude da prolongada espera pelos desenvolvimentos finais que devem ser protagonizados por todos aqueles que têm responsabilidades na mobilidade das populações servidas pelo canal do Tua, desenvolvimentos esses que, no final, conduzem à dissolução da empresa.

na sua total suspensão por um período de duração desconhecida, mas que se prevê longo, tendo em conta a aglomeração de pessoas que implica o transporte destas.

Este fenómeno, que conduziu à total suspensão da atividade operacional da empresa *sine die*, baralhou completamente os planos delineados para esta no contexto de 2020, a ponto de não ser possível dizer com o mínimo de segurança:

- Quais as receitas esperadas para os próximos meses;
- Qual a data da efetiva dissolução da empresa;
- Como vai ficar a relação contratual com a CP;
- Quando entra em operação o concessionário que irá tomar conta da operação;
- Quando terminam as obras no canal ferroviário a concessionar (ou já concessionado);
- O que vai acontecer aos trabalhadores da empresa.

Estas considerações trazem à evidência a impossibilidade de aqui se especificar com o mínimo de segurança o que vai suceder á empresas nas próximas semanas/meses, sendo certo que não se questiona, pelo menos para já, a sua dissolução para o breve prazo.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, tendo sido adotada a Norma Contabilística para Microentidades, constante do Aviso n.º 8255/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 146, de 29 de julho de 2015.

2.2 – *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.*

Todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com as do período anterior, com uma exceção. No contexto do exercício de 2019, os serviços prestados ao acionista CP não foram faturados pela MLM nem liquidados por aquele. Neste sentido,

resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Imparidade de ativos:

A empresa realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Contas a receber

Se é expectável que a cobrança de saldos de clientes e outras contas a receber ocorra dentro de um ano ou menos, ou se são relacionados com a atividade operacional, estas contas são classificadas como ativo corrente. Caso contrário, são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e/ou outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Eventuais descobertos bancários são incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável, contudo, que, de tais revisões, resultem correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade preparou as suas Demonstrações Financeiras no pressuposto da continuidade das suas operações. Contudo, assume que vai entrar em dissolução no final do corrente semestre, salvo se algo de muito especial e inesperado vier a suceder, devido a:

- Alta probabilidade de o novo concessionário do transporte ferroviário na Linha do Tua (troço Mirandela-Brunheda) entrar em atividade operacional no arranque do segundo semestre de 2020, a que acresce o facto de a MLM já não efetuar aquele serviço desde o final de 2018; e,
- Os desenvolvimentos já ocorridos entre 2017 e 2019 relativos à implementação, no terreno, dessa empresa.

O acima descrito está relacionado com a concretização do plano de mobilidade ao longo da Linha do Tua, decorrente do impacto da construção da barragem do Tua.

Não obstante e apesar do suprarreferido, assume-se que será possível realizar a maior parte dos ativos pelos valores escriturados e constantes do Balanço, sendo que a liquidação dos passivos da entidade deverá ser feita pelo seu valor nominal, igualmente constante de tal Balanço. Em abono a este pressuposto, acrescenta-se que grande parte dos elementos que constituem os Ativos Fixos Tangíveis não apresenta valor contabilístico.

Apenas um elemento constitutivo de tais Ativos apresenta valor contabilístico, tendo-se a noção, nesta data, de que será altamente improvável, para não dizer impossível, realizar tal valor num contexto de dissolução da empresa.

Entretanto, chama-se a especial atenção para o mencionado no último terço do ponto 1.3., o qual poderá provocar ajustamentos de monta ao predito, devendo ler-se nessa perspetiva.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

Porém, ver o descrito no ponto “6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não ocorreu qualquer alteração nas políticas contabilísticas da entidade.

3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram objeto de qualquer alteração no exercício de 2019.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foi detetado, nem, por conseguinte, corrigido qualquer erro material praticado em períodos anteriores.

4 - Ativos fixos tangíveis:

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis.

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis
		Terrenos	Edifícios					
Vidas úteis			10 anos	6-14 anos		4-8 anos		4-8 anos
Taxas de depreciação			10,00%	7,14-16,66%		12,50-25,00%		12,50-25,00%
Métodos de depreciação			Linha reta	Linha reta		Linha reta		Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01.01.2019	Quantias brutas escrituradas		193,12	722.668,19		32.268,49		3.552,82		758.682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30.480,00						30.480,00
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2019 (01.01.2019)	Quantias brutas escrituradas		193,12	722.668,19		32.268,49		3.552,82		758.682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30.480,00						30.480,00
Adições										
Transferências										
Reclassificações para ativos não correntes detidos para venda										
Alienações, sinistros e abates										
Outras alterações										
Depreciações										
Anulação de depreciações por alienações, sinistros e abates										
Perdas por imparidade										
Em 31.12.2019	Quantias brutas escrituradas		193,12	722.668,19		32.268,49		3.552,82		758.682,62
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		193,12	692.188,19		32.268,49		3.552,82		728.202,62
	Quantias líquidas escrituradas			30.480,00						30.480,00

Acrescenta-se que o equipamento básico com quantia líquida escriturada mencionado no quadro supra foi adquirido em 2015 e não foi aplicado até ao final do ano de 2019, encontrando-se, à data de 31/12/2019, ainda em estaleiro. Por esse motivo, não foi ainda registada qualquer depreciação associada a este ativo.

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade.

O material circulante ao serviço da entidade já não se encontra em operação, embora se encontre completamente sob a sua alçada.

Neste momento, desconhece-se o seu valor de mercado, incluindo o valor de sucata respetivo, prevendo-se, contudo, que tal valor tenha alguma expressão.

Na base da ausência da constituição da referida provisão, está a ideia da Administração da empresa de colocar os seus trabalhadores noutras ocupações, em particular a exercer funções similares na empresa que assumirá o transporte ferroviário na Linha do Tua, por concessão, ou na sua internalização nos serviços da autarquia.

De todo o modo, se a empresa vier a incorrer na obrigação de indemnizar os trabalhadores, a mesma terá de ser calculada atendendo ao seguinte:

* A maior parte dos trabalhadores da empresa está vinculado à mesma desde há muitos anos, com exceção de dois que se encontram ao serviço desde o início de 2016;

* Serão seis os funcionários a indemnizar;

* Durante o ano de 2019, o valor total bruto das remunerações dos trabalhadores ascendeu a cerca de 77.000,00 € (incluindo subsídio de alimentação).

Contas feitas à luz da situação acima descrita, o valor total estimado das indemnizações ronda os 90.000 €.

c) A empresa dispõe no seu património de um lote de travessas de madeira para aplicação na via-férrea. Tais travessas foram adquiridas na perspetiva de uma intervenção de fundo na via, substituindo-se as travessas velhas e já sem condições para desempenharem cabalmente a sua função, principalmente no troço Mirandela/Carvalhais.

Desde a aquisição daquelas travessas e até à data não foi feita a projetada intervenção, pelo que, neste momento, quase todas as travessas adquiridas ainda se encontram em stock. Assim sendo e no contexto da dissolução da empresa, pode muito bem acontecer não ser possível recuperar a totalidade do investimento feito na compra das travessas em apreço, podendo até acontecer só se recuperar um valor marginal do mesmo.

Por conseguinte e considerando que o valor de compra das travessas, sem IVA, ascendeu a 30.480,00 €, podemos estar em presença de uma perda relevante.

Acrescenta-se que o Conselho de Administração não está em condições de estimar a perda aqui em causa, estando ainda a equacionar o destino deste ativo.

d) Poderemos também estar perante passivos contingentes associados à situação descrita no último terço do ponto 1.3, derivados, sobretudo, da perda de receitas mais ou menos certas, não sendo possível estimar a magnitude dessa perdas.

7 - Instrumentos financeiros:

7.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas na contabilização de instrumentos financeiros.

a) Todos os ativos e passivos financeiros encontram-se escriturados pelo seu custo;

J.P.
Z. Freitas

b) A entidade encontra-se em incumprimento, desde há muito tempo, com relação ao pagamento de um fornecimento de equipamento básico que lhe foi efetuado. O valor do débito nestas condições em 31/12/2019 ascende a 1.733.803,74 €.

7.2 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica do capital próprio.

(valores expressos em euros)

Movimentos ocorridos nas rubricas do capital próprio	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Totais
Saldo 31.12.2017 (01.01.2018)	125 000,00			(1 717 282,25)		1 254,97	(1 591 027,28)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Primeira adoção da Norma Contabilística para Microentidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				1 254,97		(1 254,97)	
Entradas para cobertura de perdas							
Aplicação do resultado líquido do período anterior							
Resultado líquido do período						(24 434,72)	(24 434,72)
...							
Saldo 31.12.2018 (01.01.2019)	125 000,00			(1 716 027,28)		(24 434,72)	(1 615 462,00)
Aumentos (reduções) do capital							
Aquisições (alienações) de quotas próprias							
Realização (reembolso) de outros instrumentos de capital próprio							
Primeira adoção da Norma Contabilística para Microentidades							
Correções de erros de períodos anteriores							
(Distribuições) de resultados e reservas				(24 434,72)		24 434,72	
Entradas para cobertura de perdas				24 269,62			24 269,62
Aplicação do resultado líquido do período anterior							
Resultado líquido do período						(111,78)	(111,78)
...							
Saldo 31.12.2019	125 000,00			(1 716 192,38)		(111,78)	(1 591 304,16)

8 – Benefícios dos empregados:

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de empregados nos dois últimos períodos foi de 6.

9 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

9.1 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único (sem IVA).

(valores expressos em euros)

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	Período 2019			Período 2018		
	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais	Honorários faturados	Efeitos das periodizações	Totais
Revisão legal das contas	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00
Serviços de garantia de fiabilidade						
Consultoria fiscal						
Outros serviços						
Totais	3 600,00		3 600,00	3 600,00		3 600,00

Os membros do Conselho de Administração não auferem qualquer tipo de remuneração na empresa.

9.2 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

Não existem quaisquer dívidas nestas condições (quer à AT, Segurança Social, quer aos trabalhadores).

10 - Outras divulgações:

10.1 - Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

Quantia dessas operações e natureza da relação com as partes relacionadas.

A informação constante deste ponto refere-se aos negócios estabelecidos entre a entidade e os seus acionistas (CP e Município de Mirandela). Tais negócios reportam-se aos serviços prestados por aquela a estes, no decurso normal das suas operações.

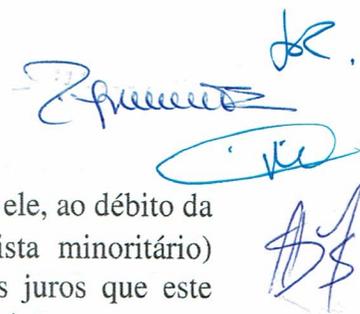
(valores expressos em euros)

Handwritten notes: *R. Z. F. M. M.*

Transações com as partes relacionadas		Período 2019		Período 2018	
		Prest. Serviços	...	Prest. Serviços	...
Empresa-mãe	Acionista maioritário	4 672,64		4 609,44	
	Subtotais	4 672,64		4 609,44	
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário	195 882,00		195 882,00	
	Subtotais	195 882,00		195 882,00	
Subsidiárias	...				
	Subtotais				
Associadas	...				
	Subtotais				
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...				
	Subtotais				
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...				
	Subtotais				
Outras partes relacionadas	...				
	Subtotais				
Totais		200 554,64		200 491,44	

(valores expressos em euros)

Quantias dos saldos pendentes com partes relacionadas, respectivas perdas por imparidade acumuladas e gastos reconhecidos a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas	Período 2019					Período 2018						
	Saldos pendentes em 31/12/2019			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período	Saldos pendentes em 31/12/2018			Perdas por imparidade relacionadas com os saldos pendentes		Gastos de incobrabilidade reconhecidos no período
	Cientes c.corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período		Cientes c.corrente	Financiamentos obtidos	Outros credores	Reforços ou reversões no período	Quantias acumuladas no fim do período	
Empresa-mãe	Acionista maioritário	(50 825,68)				556,00	(20 825,68)					
	Subtotais	(50 825,68)				556,00	(20 825,68)					
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa sobre a entidade	Acionista minoritário		(1 733 803,74)			20 077,91		(1 726 409,99)				
	Subtotais		(1 733 803,74)			20 077,91		(1 726 409,99)				
Subsidiárias	...											
	Subtotais											
Associadas	...											
	Subtotais											
Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade empreende	...											
	Subtotais											
Pessoal chave da gestão da entidade ou da entidade-mãe	...											
	Subtotais											
Outras partes relacionadas	...											
	Subtotais											
Totais		(50 825,68)	(1 733 803,74)			20 633,91	(20 825,68)	(1 726 409,99)				



O valor inscrito no Balanço na rubrica “Outros credores” respeita, quase todo ele, ao débito da entidade ao acionista CP (mencionado na tabela supra, enquanto acionista minoritário) decorrente da aquisição de quatro automotoras, a que acresce o valor dos juros que este periodicamente debita àquela sobre o capital em dívida resultante da dita aquisição.

Já o valor inscrito na rubrica “Financiamentos obtidos” decorre de montantes entregues nos três últimos anos pelo Município de Mirandela, para a entidade fazer face a despesas correntes. Este montante foi incrementado em novembro e dezembro de 2019, pelo valor total de 30.000 €.

10.2 - Outras divulgações, consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

a) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários”;

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2019			31.12.2018		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	330,74		330,74	5,07		5,07
	...						
	Subtotais	330,74		330,74	5,07		5,07
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	2 648,10		2 648,10	172 431,83		172 431,83
	...						
	Subtotais	2 648,10		2 648,10	172 431,83		172 431,83
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		2 978,84		2 978,84	172 436,90		172 436,90

b) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

O gasto por imposto corrente da entidade no exercício de 2019 é de 176,83 €, sendo que o mesmo gasto referente a 2018 ascendeu a 165,10 €. Considerando a irrelevância do valor associado ao imposto corrente, não se justifica detalhar o respetivo cálculo nem determinar a taxa efetiva de imposto.

No caso vertente, não há condições para se falar de impostos diferidos, tendo em conta o histórico de prejuízos fiscais registado até à data e a total incerteza quanto à magnitude dos Resultados futuros e a quebra do pressuposto da continuidade da empresa.

c) Informação relativa a ativos e passivos financeiros;

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros			31.12.2019			31.12.2018		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Cientes	490,82		490,82	20 633,91		20 633,91
		E. O. E. P.	9 728,97		9 728,97	1 272,46		1 272,46
		Outros ativos correntes	198 687,86		198 687,86	416,98		416,98
		Caixa e depósitos bancários	2 978,84		2 978,84	172 436,90		172 436,90
		Investimentos financeiros	384,94		384,94	363,22		363,22
		Subtotais	212 271,43		212 271,43	195 123,47		195 123,47
	Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo	...						
		Subtotais						
	Totais	212 271,43		212 271,43	195 123,47		195 123,47	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	...						
		Subtotais						
	Passivos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado	Fornecedores	33 495,73		33 495,73	11 338,12		11 338,12
		E. O. E. P.	3 970,31		3 970,31	67 753,78		67 753,78
		Outros passivos correntes	1 746 082,25		1 746 082,25	1 741 463,87		1 741 463,87
		...						
		Subtotais	1 783 548,29		1 783 548,29	1 820 555,77		1 820 555,77
Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	Financiamentos obtidos	50 825,68		50 825,68	20 825,68		20 825,68	
	Subtotais	50 825,68		50 825,68	20 825,68		20 825,68	
	Totais	1 834 373,97		1 834 373,97	1 841 381,45		1 841 381,45	

d) Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos;

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2019	Período 2018
Acréscimos de rendimentos	Serviços a faturar à CMM	1 667,92	416,98
	Serviços prestados à CP	195 882,00	
	Despesas a regularizar no ano seguinte	1 137,94	
	Totais	198 687,86	416,98
Acréscimos de gastos	Remunerações	11 385,00	11 385,00
	Juros	2 622,61	3 009,63
	Seguros		
	Trabalhos especializados		
Totais	14 007,61	14 394,63	
Gastos a reconhecer	Seguros	318,38	315,98
	...		
	Totais	318,38	315,98
Rendimentos a reconhecer	...		
	Totais		

e) Detalhe do rédito;

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2019			Período 2018		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	218 877,84	100,00%	(1,96%)	223 259,23	100,00%	(1,97%)
Juros						
Royalties						
Dividendos						
Totais	218 877,84	100,00%	(1,96%)	223 259,23	100,00%	(1,97%)

f) O Conselho de Administração está bem ciente das condições em que a sociedade se encontra na perspetiva do Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando o valor dos seus Capitais Próprios à data de 31/12/2019. Porém, não está em causa o pagamento

dos passivos assumidos nesta data nem à data do Balanço, sendo certo que a dívida à CP terá de ser objeto de tratamento particular e especial.

Mirandela, 30 de março de 2020

Liliciodi fuy
Aut. L. 1/2000 Art. 1.º
[Signature]

O Conselho de Administração

Mário do Nascimento

O Contabilista Certificado